

## A QUESTÃO DEMOCRÁTICA COMO QUESTÃO DA ESQUERDA

### THE QUESTION OF DEMOCRACY AS A MATTER OF THE LEFT

Tarso Genro\*

**Resumo:** No presente trabalho pretendo discutir as condições e possibilidades de resgate ou mesmo reconstituição identitária da Democracia a partir de uma perspectiva de esquerda, centrada na cidadania emancipada e representada por espaços públicos e legítimos de deliberação político-partidária.

**Palavras-chave:** Democracia. Cidadania. Partidos Políticos.

**Abstract:** In this work I intend debate the condition and possibilities of rescue or rebuild the democracy identity, on the left perspective, focused in a emancipated citizenship and represented for public and legitimated scenarios of politic-party deliberation.

**Keywords:** Democracy. Citizenship. Political Party.

\* Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Advogado, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Especialista em Direito Trabalhista. Deputado constituinte e Deputado Federal (1990-1992). Vice-prefeito de Porto Alegre (1989-1992). Prefeito de Porto Alegre (1993-1996, 2001-2002). Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; foi Ministro da Educação (2004-2005); Ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2004). Autor dos livros *Utopia Possível (Artes e Ofícios)*; *Introdução crítica ao Direito*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988; *Orçamento Participativo. A experiência de Porto Alegre*. Com Ubiratan de Souza, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, entre outros.

Hoy la higuera golpea en mi puerta y  
 me convida. Debo coger el hacha o salir a  
 bailar con esa loca?  
 Octavio Paz – “La higuera”.

A frondosa árvore da democracia já fez crescer poderosos galhos, troncos, ramificações. Promoveu a vida, pelos direitos sociais modernos, e a guerra, pelas ações imperiais que também lhe acompanharam. Itália, Suécia, Estados Unidos, Costa Rica, são exemplos de democracias estáveis no pós-guerra, das quais poderíamos extrair vários exemplos e lições. A mais importante é que todas as experiências que sufocaram as liberdades políticas e o Estado de Direito, com governantes não legitimados pela prova do voto popular, regrediram para o arbítrio, para a socialização da carência, ou para regimes burocráticos autoritários.

Hoje ela está sendo corroída por dentro. Suas raízes estão abaladas. Poderes estranhos às suas instituições mais caras emergem à sua sombra. É uma época de guerras de conquista, manipulação da informação na esfera pública, formando massas passivas de cidadãos, como espectadores de opiniões quase sempre convergentes na grande mídia. São centenas de milhões alheios à sociedade do conhecimento, à cultura, aos bens do mercado, à informação isenta. Eles mais “sofrem” a democracia, do que “fruem” das suas conquistas materiais e culturais.

Na atualidade, o aprofundamento de soluções bélicas para as crises políticas entre povos e nações combina-se com uma crescente redução da possibilidade de difundir opiniões alternativas pelos meios de comunicação de massas,<sup>1</sup> capazes de proporcionar uma reflexão menos superficial a respeito das causas do desajuste mundial. Assim como aconteceu com a hegemonia artificial dos valores do “tatcherismo” econômico, a partir dos anos 1980, a limitação do debate democrático, hoje, é operada pela autoridade de uma opinião pasteurizada e quase única, difundida pela grande “mídia” mundial. Por meio dela ficamos sabendo que estamos passando por uma crise internacional em razão do aumento do terrorismo, mas não somos informados sobre as causas reais da sua disseminação. Apenas “suspeitamos” que ela repousa na assimetria das relações impostas pelos interesses norte-americanos, em sua fase mais regressiva e violenta.

Essa instabilidade na hegemonia mundial, a tutela do processo econômico pela especulação financeira global e a expansão da indústria bélica estão na raiz da disfuncionalidade da democracia na modernidade em crise. Uma insegurança

<sup>1</sup> Habermas (2006, p. 4-5): “Por outro lado, os intelectuais parecem morrer sufocados diante do transbordamento desse elemento vivificador, como se ele lhes fosse administrado em overdose. A bênção parece transformar-se em maldição. As razões para isso me parecem ser uma informalização da esfera pública e uma indiferenciação dos correspondentes papéis. A utilização da internet simultaneamente ampliou e fragmentou os nexos de comunicação. Por isso a internet produz por um lado um efeito subversivo em regimes que dispensam um tratamento autoritário à esfera pública. Por outro lado, a interligação em redes horizontais e informalizadas de comunicação enfraquece ao mesmo tempo as conquistas das esferas públicas tradicionais, pois estas enfeixam no âmbito de comunidades políticas a atenção de um público anônimo e disperso para informações selecionadas, de modo que os cidadãos podem ao mesmo tempo se ocupar dos mesmos temas e contributos criticamente filtrados.”

difusa, como categoria central da vida cotidiana, o baixo prestígio dos “políticos” e da esfera política democrática, são os sintomas apenas periféricos do desgaste da democracia representativa. Forjada há mais de 200 anos, ela não se renovou, embora ainda seja universalmente reconhecida como a estrutura mais adequada para a implementação da ideia democrática moderna.

Este poder midiático – que em termos culturais não hesita em difundir uma estética da morte –, a força normativa do capital financeiro e das “agências de risco”, os “lobbies” militaristas, já mostram a existência de novas forças de coerção extrainstitucionais, equiparáveis à força do Estado. Essas forças preenchem aqueles vazios que não são substituídos por novas instituições do poder democrático, vinculadas aos novos tempos: a *força normativa dos fatos* – transformada em operação política – assim vai se sobrepondo aos poderes republicanos.

O projeto “socialista-proletário” iniciado pela Revolução Russa não tem mais vitalidade histórica, tampouco capacidade de sedução. A “crise fiscal” da social-democracia também vem anulando as principais conquistas sociais, criadas a partir do reformismo radical dos anos 1930. A coruja de Minerva ainda não respondeu à época e ninguém sabe o que ocorrerá com o capitalismo triunfante. Como perguntou Eric Hobsbawm: “o que restou para os vencedores?”

Na atual situação, em todos os países industrializados o proletariado incluído teme o desemprego em virtude da revolução tecnológica em curso; os setores médios estão inseguros quanto ao futuro; e os “de baixo” sentem-se “abandonados” pelas políticas públicas. É também visível que emerge rapidamente uma espécie de “fascismo societal”<sup>2</sup> por intermédio do qual proliferam grupos que cultuam a violência como política “direta”, sem uma ideologia formalmente expressa e que rapidamente se torna delinquência e fascismo.

As instituições não respondem.

## II

O contexto global já oferece condições de desigualdade social e ansiedade coletiva, em vastas camadas da população, para a emergência de uma cultura política de “solução final”, que cria espaços para recuperar a suposta legitimidade de um certo tipo de autoritarismo estatal; ou, ainda, cria condições para a aceitação de um neototalitarismo apoiado em ideias fundamentalistas. É uma *disfuncionalidade* cultural e institucional da democracia como questão política crucial para o próximo período. Esse quadro, com as devidas particularidades nacionais e regionais, é mais ou menos comum naqueles países em que as instituições republicanas já são vistas *mais* como símbolos do “déficit” democrático, e *menos* como *instrumentos* de afirmação da democracia e da cidadania.

O certo é que as formas de despotencialização dos direitos da cidadania, que se avizinham com essa crise, estarão assentadas em uma nova cultura política, no contexto de um novo imaginário social que ainda está em movimento. Mas sua síntese também poderá ser outra. Poderá ser uma etapa superior da democracia:

<sup>2</sup> Boaventura de Sousa Santos.

a crise contém, ao mesmo tempo, elementos que podem renovar e impulsionar as instituições *democráticas*, como elementos que estimulam o *autoritarismo*. Tanto anseios libertários quanto acomodações totalitárias. Ainda não se tornou claro – em todos os grupos sociais que têm capacidade de formulação no espaço democrático – qual o *sentido* das respostas para a crise e *quanto* este sentido terá do racionalismo iluminista ou do irracionalismo pós-moderno.

Assim como o desenvolvimento do capitalismo industrial “clássico” criou as condições culturais e materiais que viabilizaram a República, as leis sociais e os instrumentos jurídicos de garantia dos direitos, é possível – porém – que esta nova etapa de desenvolvimento financeiro-especulativo (combinado com a profunda revolução tecnodigital em curso) abra o cenário democrático para novos experimentos.

Os aparatos tecnológicos já disponíveis – microeletrônicos, informatizados, digitais – podem dar suporte a duas possibilidades: a instituição de *novas formas de controle social da cidadania sobre o Estado, combinando participação democrática direta e representação*, de um lado; *ou novas formas de controle do Estado sobre os indivíduos e a comunidade*, com todo o aparato tecnológico tecnodigital voltado para esta hipótese. Como se vê, a escolha não é entre o “Soviet” eletrônico e o “Grande Irmão”.

É claro que essas duas possibilidades extremas são negativas. A anarquia assembleísta enseja um ritualismo que tende a se firmar somente pela força e assim também promover desigualdades. O totalitarismo leva para a passividade, que combina alienação com resistência “heroica”, que apenas realimenta, no poder, os privilégios assegurados pela força coativa do Estado. *O desfecho de ambas as possibilidades é sempre mais violência, mais imprevisibilidade, mais fragmentação.*

É equivocado pensar, porém, que esta polaridade é exclusiva e fatal. A crise da democracia formal puramente delegada não necessariamente será superada por uma desestruturação da previsibilidade pela anarquia assembleísta – seja “direta” seja “virtual” – nem por novas formas de totalitarismo. A saída poderá ser outra, mesmo nessa época em que foi vulgarizada a guerra imperial como ritual de defesa da democracia e como forma suprema de controle político.

Os sujeitos da dominação global vêm perdendo a legitimidade e somente se mantêm mediante a manipulação da informação (que nunca é absoluta) e a concentração do poder econômico (que gera enormes resistências sociais). A defesa dos interesses hegemônistas, que se apresenta como guerra defensiva contra o terror ou como missão “civilizatória” ante os povos “exóticos”, reduz a credibilidade dos seus propósitos de “estabilidade” e “democracia”.

A tentativa brutal de desmonte político a que foi submetida a esquerda e a centro-esquerda na Itália de Berlusconi; a manipulação da informação que boa parte da imprensa fez contra o PT (que foi “criminalizado” em abstrato) recentemente no Brasil;<sup>3</sup> as informações distorcidas que sempre transitaram sobre o

<sup>3</sup> [Obs.: O mesmo processo foi experimentado na Espanha de Felipe Gonzáles.] “La democracia venía predicada en bocas de antiguos fascistas a los que, en palabras de Jorge Semprún, se les notaba todavía la huella de los correajes, y que vociferaban clamando por una pureza de la vida política que sólo ellos – decían – eran capaces de aportar. La campaña se montó sobre errores palpables del partido entonces en el Gobierno, y aprovechando la comisión de delitos que debían

conflito árabe-palestino; a demonização de Cuba (combinada com a absolvição “liminar” do bloqueio norte-americano) são alguns “cases” atuais.

Eles demonstram que a formação da opinião democrática e a renovação das democracias devem enfrentar novos desafios, dos mais simples aos mais complexos. O próprio direito à circulação dos indivíduos (em um mundo em que os capitais migram livremente) e o direito de fazer circular no espaço midiático as opiniões alternativas (liberdade de imprensa concreta) são questões “novas”, sobre as quais ainda não existem formulações programáticas acabadas.

É necessário, nessa etapa, praticar experiências inovadoras e construir enunciados coerentes e renovadores para reconstruir o projeto democrático, com argumentos que tenham um poder de convencimento semelhante ao que tiveram as ideias de Rousseau e Montesquieu à sua época, recriando um ambiente iluminista com outras tarefas e novos conteúdos.

Isso exige, como ação cultural e política imediata, pelo menos um poderoso esforço institucional para *articular as novas tecnologias infodigitais com a inovação e a potencialização das instituições já existentes*, mediante plebiscito, referendo e consulta popular. Isso não é fácil, porque a disfuncionalidade atual da democracia protege interesses e mesmo a acumulação privada, por meio da corrupção.

O direito do povo de ser consultado em questões-chave para sua vida atual e futura, como as questões atinentes à *manipulação orçamentária, à defesa do meio ambiente, às desigualdades salariais aceitáveis no setor público e privado, ou em relação a outras questões públicas importantes, tudo com a utilização das novas tecnologias de consulta e informação que já podem ser disponíveis para todos os cidadãos* – este direito – *já é passível de ser transformado em prática democrática universal.*

### III

No que se refere aos partidos, o que se coloca como questão de fundo é o seguinte: será que a forma “partido tradicional”, erguida a partir de um projeto político para o território (ainda que, no caso do bolchevismo, revestido de uma solidariedade mundial) e, sobretudo, aquela forma-partido vinculada às condições da luta de classes (do capitalismo industrial) têm possibilidade de responder a estas novas complexidades?

Tudo parece indicar que não.

A recomposição do sujeito político capaz de influir sobre esta nova realidade deve considerar não somente as questões “objetivas” da vida cotidiana (da fome à solidão dos idosos), mas também os novos desafios morais e culturais do nosso tempo (da mercantilização da sexualidade infantil à feminilização da mão de obra mais explorada), fenômenos globais que imprimem nos indivíduos e nas famílias

---

ser perseguidos y castigados con la máxima dureza. Pero, cuando los delitos no existían, se inventaban si era necesario, con tal de desprestigiar todo aquello que, de una u otra manera, coincidiera con los símbolos y los protagonistas de la transición política.” (CEBRIAN, 2004, p. 137).

um conjunto de deformações, desejos não satisfeitos e negações arbitrárias, ora instigados pelo “deus-mercado”, ora sufocados por ele.<sup>4</sup>

Penso que é em razão dessa problemática que, ao lado da revisão dos projetos socialistas e sociais-democratas, surgem revisões e realinhamentos relacionados com a “questão democrática”. Não se trata mais somente da exigência de funcionamento democrático-formal dos “três Poderes” e da implementação dos direitos da cidadania social. As questões que exigem um partido democrático “novo tipo” são muito mais complexas.

Esse partido “novo tipo” – de um mundo que oferece um destino que *tanto é mais comum quanto mais desigual* – parece que terá nas “novas questões democráticas” o sentido fundamental da sua existência. Mas, para ter sucesso, este partido “novo-tipo” deverá saber que lida com uma realidade mundial “hostil à democracia” e não com uma realidade “favorável à democracia”, como quer fazer crer o mito americano da “democracia global”, já padronizado pelo mercado da informação.

Enquanto a sociedade industrial clássica impelia à solidariedade e ao pensamento voltado para o coletivo, a sociedade atual impele ao autoisolamento e à solidão. Enquanto na sociedade industrial os sujeitos visíveis eram as classes orgânicas na produção, na sociedade atual as classes dispersaram-se em redes e os seus poderes se tornam politicamente mais “difusos”, embora de fato mais concentrados no dinheiro virtual. Enquanto na sociedade industrial o contrato político poderia ser controlado pelas partes contratantes (“burgueses” e “proletários” organizados), na sociedade atual qualquer concertação é multipolar, inclusive sujeita a “choques” imediatos manipulados externamente.

A exigência de combinar respostas a todos os tipos de exclusão promovidas dentro da ordem democrática (exclusão do mercado pela pobreza, exclusão do sistema de proteção formal de direitos para os “estrangeiros”, exclusão do direito de fazer circular a opinião, exclusão do cidadão comum das decisões públicas) – a exigência de combinar estas respostas – *com respostas a outras exclusões dilacerantes dos indivíduos na pós-modernidade, apenas pode ser respondida com a concertação de uma engenharia institucional inovadora. Esta engenharia deve ter por objetivo estratégico que o regime democrático republicano volte regularmente às suas origens, no leito da soberania popular.*

Somente pode ser este o sentido de um partido democrático não classista, sem imperatividade messiânica artificial, “novo tipo”,<sup>5</sup> que também ouse acordar

<sup>4</sup> “O desvanecimento das habilidades de sociabilidade é reforçado e acelerado pela tendência, inspirada no estilo de vida consumista dominante, a tratar os outros seres humanos como objetos de consumo e a julgá-los, segundo o padrão desses objetos, pelo volume de prazer que provavelmente oferecem e em termos de seu valor monetário”. Na melhor das hipóteses, os outros são avaliados como companheiros na atividade essencialmente solitária do consumo, parceiros nas alegrias do consumo, cujas presenças e participação ativa podem intensificar esses prazeres. Nesse processo, os valores intrínsecos dos outros como seres humanos singulares (e assim também a preocupação com eles por si mesmos, e por essa singularidade) estão quase desaparecendo de vista. A solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor.” (BAUMAN, 2004).

<sup>5</sup> “Finalmente, também não é possível pensar o partido como organização dotada de mandato ‘imperativo’ por parte da classe, pois o mandato ‘imperativo’ pressuporia que já estivesse constituído o sujeito que outorga o mandato, enquanto, por um lado, a classe não pode virar ‘sujeito’

pontos programáticos estratégicos com um novo centro, sem o qual é impossível governar dentro da democracia. Este, o centro, também se encontra sem outras perspectivas, que não a de se submeter ou aos regionalismos oligárquicos que “revivem” (nos redesenhos nacionais em curso), ou naqueles que “sobrevivem” (no atraso relativo dos “países emergentes”).

Este partido democrático “novo tipo”, “neoiluminista” e “radicalmente republicano”, pode fazer renascer na velha Europa a inspiração popular que lhe rendeu a mais exitosa experiência humanista nos quadros do regime capitalista: a curta experiência social-democrata. Reconstruí-la em novos moldes democráticos, como resistência à barbárie da guerra e das exclusões, talvez seja a verdadeira “utopia concreta” – nos tempos que correm – de que nos falava o grande Ernst Bloch. Para que possam, assim, serem sadiamente reabertas outras novas utopias que sempre moveram os homens para um destino melhor.<sup>6</sup>

Não se trata mais simplesmente de defender a ordem democrática, como em outras oportunidades, ameaçada que esteve por “pronunciamentos” militares ou pelas diversas formas de autoritarismo burocrático-estatal. A formação de novos partidos democráticos para responder a questões novas, colocadas pela atual crise da democracia, é extremamente importante para tentar salvá-la.

Trata-se de salvá-la, renovando-a, afirmando a representação política como modo básico de exercício da soberania popular e integrando-a às formas diretas de participação, como fonte da sua recorrente necessidade de relegitimação. É sabido que, na defesa da democracia direta, idealizou-se a participação consciente “de todos”, como se isso fosse possível em qualquer tipo de sociedade. Nessa nova combinação de participação direta e representativa – real e virtual – o que se preserva diretamente é a ação política dos que “estiverem interessados”, para combiná-la com a estabilidade e a previsibilidade de uma ordem constitucional em que *predomine* a representação política.

Dessa forma, combina-se a representação popular estável com a interferência da subjetividade dos que querem, dos mais conscientes da sociedade. Isto é, aqueles que desejam construir uma esfera pública democrática, capaz de dar confiabilidade à política e concretude às instituições da democracia moderna.

---

sem perder a materialidade da sua constituição; e, por outro lado, na própria conceitualidade política moderna o conceito de mandato ‘imperativo’ é contraditório, porque o sujeito que o outorga já é constituído e, por isso, capaz de agir politicamente, portanto não precisa ser representado; ou então não é constituído e então não se compreende quem poderia dar ‘imperatividade’ ao mandato do eventual representante.” (RAMETTA, 2005, p. 382).

<sup>6</sup> “La ciudadanía democrática concede a las diferencias de estatus un marchamo de legitimidad, siempre que no sean demasiado profundas y se produzcan en el seno de una población cohesionada por una civilización única, y siempre que no sean expresión de privilegios heredados, lo que significa que las desigualdades resultan tolerables en el seno de una sociedad fundamentalmente igualitaria, siempre que no sean dinámicas, esto es, siempre que no creen incentivos que procedan de la insatisfacción y el sentimiento de que ‘este tipo de vida no es lo que yo merezco’, o de que ‘estoy dispuesto a que mi hijo no tenga que aguantar lo que aguanté yo’.” (MARSHALL; BOTTOMORE, 1998, p. 75).



## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CEBRIÁN, Juan Luis. *El fundamentalismo democrático*. Madrid: Taurus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. “O caos da esfera pública”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, p. 4-5, 13 ago. 2006

MARSHALL, T. H.; BOTTOMORE, Tom. *Ciudadanía y clase social*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

RAMETTA, Gaetano. Poder e crítica da economia política em Marx. In: DUSO, Giuseppe (Org). *O Poder – História da Filosofia Política Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Recebido em 11 de novembro de 2011  
Artigo convidado